

Senado aprova mais de Cr\$ 50 bilhões em empréstimos

Brasília — Em 25 dias de funcionamento, o Senado Federal já aprovou a liberação de Cr\$ 50 bilhões 635 milhões 664 mil 059 em empréstimos aos Estados; elevou em 245 milhões de dólares a dívida externa do país em benefício do Piauí, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Amazonas, Paraíba e Santa Catarina; e mostrou — segundo observou um vice-líder do PDS — que ocupando alguns governos estaduais, a Oposição é mais dócil: a única verificação de quorum para adiar a liberação desses empréstimos foi pedida pelo pedessista Alexandre Costa (MA) e não por um opositorista, como sistematicamente ocorria no ano passado, com os pedidos do então Senador Dirceu Cardoso.

Em seus primeiros dias de funcionamento, o Senado assistiu também a uma demonstração do ditado de que o mineiro trabalha em silêncio: numa só sessão (8 de março), faltando sete dias para assumir o Governo de Minas Gerais, Tancredo Neves articulou a votação em turno único de desarmamento de empréstimos, englobando Cr\$ 20 bilhões 610 milhões 131 mil 200, para Minas, conseguindo ainda liberar 50 milhões de dólares

destinados ao programa de investimentos do seu Estado no ano passado.

Igual agilidade não teve o PDT. O Senador Roberto Saturnino não requereu a liberação de Cr\$ 772 milhões 716 mil 109 destinados à compra de equipamentos para a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, nem ativou a aprovação de um empréstimo de 162 milhões de dólares, destinados à Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro. À espera de desarmamento estão também empréstimos de Cr\$ 59 milhões 811 mil 900 para a Prefeitura de Niterói (PDS); e de Cr\$ 142 milhões 580 mil para a de Resende (PMDB). Ele pretende pedir esses desarmamentos na próxima semana.

O empréstimo que mais debates provocou antes de sua aprovação foi de 50 milhões de dólares pleiteados pelo Ceará. No primeiro dia em que foi submetido ao plenário (4 de março), o Senador Alexandre Costa pediu o adiamento da votação, alegando que a maxidesvalorização do cruzeiro aconselhava a prudência em contrair empréstimos em dólares.

No mesmo dia, o Senador Gastão Muller (PMDB-MT) deixou claro que, dirigindo 10 governos estaduais, o

PMDB não deseja mais obstruir empréstimos. Comunicou à Mesa que, depois de uma reunião com o líder Humberto Lucena, a bancada do seu Partido decidiu que é questão aberta a votação dos empréstimos. “Quem quiser vota a favor, quem quiser vota contra, seja em dólar, em cruzeiro, ou em qualquer outra moeda”, esclareceu.

No dia 7 de março, a votação do empréstimo de 50 milhões de dólares para o Ceará foi novamente adiada por falta de quorum para deliberação. No dia seguinte, o empréstimo foi aprovado sob os aplausos dos cearenses José Lins, Virgílio Távora e Almir Pinto.

Para contratar um empréstimo de 10 milhões de dólares, o Piauí passou por semelhante fase de debates. O Senador Alberto Silva, candidato derrotado às últimas eleições, exigiu que o Governador Hugo Napoleão lhe mandasse um plano de aplicação que o convencesse da destinação e da necessidade do dinheiro pelo Estado.

O ex-Governador do Piauí, Helvídio Nunes, revidou: “Que o Senhor Alberto Silva tenha as suas mágoas, guarde os seus ressentimentos, conserve no seu coração

verdadeiro ódio à situação política dominante no meu Estado, eu compreendo. Agora, que o Senador Alberto Silva venha propor um golpe baixo contra a votação que se esboça neste plenário, alto lá. Aqui é o interesse do Piauí que está em jogo.” Depois de 40 minutos de discussão, o empréstimo foi aprovado.

Preocupado com a quantidade de empréstimos já liberados nos primeiros 25 dias de funcionamento do Senado, José Fragelli (PMDB-MS) está querendo propor a criação de uma comissão para examinar se os Estados e municípios têm capacidade para pagar os empréstimos contraídos.

Só para Minas Gerais, o Senador aprovou, no último dia 10, um empréstimo de Cr\$ 4 bilhões 266 milhões 593 mil 330, destinados à execução de obras de infraestrutura urbana e comunitária em Juiz de Fora, e à criação do Planasa (Plano Nacional de Saneamento Básico). A dívida consolidada do Estado foi elevada em Cr\$ 16 bilhões 343 milhões 537 mil 870. De São Paulo, só Itu e Campinas pediram, até agora, a liberação de seus empréstimos.